

2016

# Análise de Indicadores Seleccionados



MINISTÉRIO DO  
TRABALHO



## **Presidente da República**

Michel Temer

## **Ministro do Trabalho**

Ronaldo Nogueira

## **Secretário de Políticas Públicas de Emprego**

Leonardo José Arantes

## **Subsecretário de Economia Solidária**

Natalino Oldakoski

## **Secretário de Relações do Trabalho**

Carlos Cavalcante de Lacerda

## **Ministério do Trabalho**

### **Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE**

Esplanada dos Ministérios Bloco F- Anexo Ala B,  
2º Andar-Sala 211

Telefone (61) 2031-6667 | Fax (61) 2031-8272

### **Subsecretaria de Economia Solidária – Senaes**

Esplanada dos Ministérios Bloco F - Sede  
3º Andar - Sala 300

Telefone: (61) 2031-6533 / 6534 | Fax: (61) 2031-8221

### **Secretaria de Inspeção do Trabalho**

Esplanada dos Ministérios Bloco F - Anexo - Ala B,  
1º Andar-Sala 176

Telefone: (61) 2031-6174/6162 | Fax: (61) 2031-8270

CEP: 70059-900 | Brasília – DF

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a  
posição do Ministério do Trabalho – MTb.

© copyright 2017 - Ministério do Trabalho

## **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@dieese.org.br / <http://www.dieese.org.br>

## **Direção Sindical Executiva**

**Luís Carlos de Oliveira: Presidente** – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP | **Raquel Kacelnik: Vice-Presidente** – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP | **Nelsi Rodrigues da Silva: Secretário Geral** - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP | **Alex Sandro Ferreira da Silva: Diretor Executivo** – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP | **Bernardino Jesus de Brito: Diretor Executivo** – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP | **Carlos Donizeti França de Oliveira: Diretor Executivo** – Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP | **Cibele Granito Santana: Diretora Executiva** – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP | **Josinaldo José de Barros: Diretor Executivo** – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP | **Mara Luzia Feltes: Diretora Executiva** – Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS | **Maria das Graças de Oliveira: Diretora Executiva** – Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE | **Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior: Diretor Executivo** – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de

Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande

Curitiba – PR | **Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa:**

**Diretor Executivo** – Sindicato dos Eletricistas da Bahia – BA

| **Zenaide Honório: Diretora Executiva** – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

## **Direção técnica**

Clemente Ganz Lúcio: **Diretor Técnico** | Patrícia Toledo

Pelattieri: **Coordenadora Pesquisa e Tecnologia** | José

Silvestre Prado de Oliveira: **Coordenador de Relações**

**Sindicais** | Fausto Augusto Jr: **Coordenador de Educação e**

**Comunicação** | Ângela Maria Schwengber: **Coordenadora de**

**Estudos em Políticas Públicas** | Rosana de Freitas: **Coordena-**

**dora Administrativa e Financeira**

## **Equipe responsável**

Ademir Figueiredo | Adriana Jungbluth | Ana Yara Paulino |

Ângela Schwengber | Ângela Tepassê | Cristiane Bibiano Silva |

Edgard Fusaro | Fernando Adura Martins | Flavia Santana

Rodrigues | Geni Marques | Guilherme Silva Araújo | Gustavo

Plínio Paranhos Monteiro | Gustavo Sawaya Amaral Gurgel |

Iara Heger | Joana Cabete Biava | Laender Valério Batista |

Marcos Aurélio de Souza | Nelson Karam | Olavo Costa | Patrícia

Laczynski de Souza | Pedro dos Santos Bezerra Neto | Rodrigo

Fernandes Silva | Samira Schatzmann | Thomas Gomes Cohen

(auxiliar técnico) | Vinicius Bredariol

**Projeto gráfico:** Caco Bisol Ltda. **Diagramação:** Zeta Studio

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

# Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016

**Análise de Indicadores Seleccionados**

**DI ESE**

São Paulo, 2017

DIEESE

D419a Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016:  
análise de indicadores selecionados./ Departamento Intersindical  
de Estatística e Estudo Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2017.

46 p.

ISSN 2176-5448

1. Mercado de Trabalho 2. Estatística 3. Sistema Público.  
4. Rendimento I. DIEESE II. Ministério do Trabalho.  
III. Título

CDU 050.321.1: 331.6

<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
<b>Dinâmica econômica e mercado de trabalho</b>	<b>5</b>
■ Dinâmica econômica	5
■ Mercado de trabalho	8
Nível de ocupação e desemprego	8
Ocupação e condições de trabalho	12
Rendimentos e distribuição de renda	21
<b>Políticas Públicas de Emprego</b>	<b>25</b>
■ Intermediação de Mão de Obra	25
■ Seguro-Desemprego	30
■ Qualificação Profissional e Aprendizagem	36
■ Microcrédito e Proger	40
<b>Indicadores da Saúde do Trabalhador com base na Rais</b>	<b>44</b>

Este texto apresenta uma análise de indicadores selecionados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016. Trata-se de uma proposta de percurso analítico que destaca alguns dos principais indicadores apresentados nos sete livretos do Anuário, buscando indicar tendências recentes do mercado de trabalho e das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil.

A publicação tem três capítulos. No primeiro, apresenta uma análise dos indicadores relacionados à *Dinâmica Econômica e o Mercado de Trabalho Brasileiro*, a partir de informações dos Livros 1 – Mercado de Trabalho e 6 – Remuneração. No segundo capítulo são analisadas as *Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil*, com informações dos Livros 2 – Intermediação de mão de obra, 3 – Seguro-Desemprego, 4 – Qualificação Profissional e Aprendizagem e 5 – Microcrédito e Proger. Por fim, o terceiro capítulo analisa alguns *Indicadores da Saúde do Trabalhador com base na Rais*, tema do Livro 7.

### ■ DINÂMICA ECONÔMICA

O resultado preliminar do Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 revela uma retração da atividade econômica de 3,8%, indicando a perda de dinamismo da economia brasileira, observada desde 2012. Em 2015, o PIB foi estimado em R\$ 6 trilhões e a população residente em 204,5 milhões de habitantes, resultando em um indicador do PIB *per capita* de R\$ 29,4 mil. Após a contração ocorrida em 2009, como decorrência direta da crise financeira mundial, a economia brasileira experimentou forte expansão, de 7,5%, em 2010, respondendo às medidas econômicas expansionistas adotadas pelo governo visando ao combate da crise. Não obstante, a atividade econômica desacelerou nos anos seguintes até praticamente à estagnação, em 2014, quando cresceu apenas 0,5%. Nesse ano, o PIB *per capita* já apresentou queda de 0,4%. Uma das principais consequências da crise foi a redução da ocupação e do emprego formal, os quais recuaram 4,1% e 3,0%, respectivamente, em 2015.

Do ponto de vista regional, os indicadores revelam que o produto e o emprego se concentram fortemente na região Sudeste, que, em 2015, respondeu por 54,9% do PIB, 49,7% do emprego formal e 43,0% das ocupações. O restante do PIB se distribuiu entre as demais regiões, em 2015, atingindo o máximo de 16,4%, no Sul, 13,9%, no Nordeste, 9,4%, no Centro-Oeste, e apenas 5,3%, no Norte, portanto menos de 10%, se

comparado à participação do Sudeste. Em relação ao emprego formal e à ocupação, nota-se que a distribuição segue as mesmas tendências da distribuição do PIB, com o Nordeste assumindo a segunda posição. No emprego formal, o Nordeste responde por 18,5% do total, seguido do Sul (17,3%), Centro-Oeste (8,8%) e Norte (5,7%). Quando analisada a distribuição da ocupação como um todo, nota-se que a participação do Nordeste é ainda mais relevante (25,3%) – tendo em vista a importância das demais formas de inserção na ocupação, como o trabalho por conta própria -, seguido pelo Sul (15,7%), Centro-Oeste (8,0%) e Norte (7,9%).

A desigualdade regional da distribuição do emprego e da riqueza gerada é uma característica estrutural e histórica da economia brasileira, que apresentou discreta redução a partir de 2009. Nesse ano, a participação do Sudeste no PIB, no emprego formal e na ocupação correspondia a 56,3%, 51,2% e 42,9%, respectivamente, enquanto o Norte, no extremo oposto, respondia por apenas 5,0% do PIB, 5,3% do emprego formal e 7,6% da ocupação no Brasil.

Quando se observa a composição do PIB segundo a ótica das despesas, vê-se que, em 2015, o consumo das famílias representou 63,8% do total dos gastos. Já o setor público (consumo da administração pública) foi responsável por 19,7% do total das despesas. Sem apresentar mudanças expressivas desde 2010, chama



atenção a redução da participação da formação bruta de capital fixo – indicador da taxa de investimento da economia – que caiu de 19,9%, em 2014, para 18,1% do PIB, em 2015. Esse percentual é considerado, na literatura especializada, como indicador de baixa realização de investimento e em volume insuficiente para dar sustentação ao desenvolvimento econômico. Com base na experiência histórica, a literatura considera que esse indicador deve se situar na faixa de 23% a 25% do PIB, como patamar adequado ao investimento do país. Também vale destacar, no período, o crescimento da participação das importações de bens e serviços – aumento de 2,3 p.p. desde 2010, atingindo 14,1% do PIB, em 2015.

A análise do PIB sob a ótica da renda revela o relativo equilíbrio, em 2014, entre a parcela do PIB apropriada na forma de remuneração de empregados (43,5%) e na forma de excedente operacional bruto (41,6%), com o restante destinado ao governo na forma de impostos sobre a produção e importação (14,9%). Quando se observa a série, no entanto, é importante destacar que, ainda que a diferença seja pequena, a parcela da remuneração do trabalho se mantém acima da parcela apropriada pelas empresas desde 2011, o que configura uma inversão em relação à década anterior, com exceção de 2009.

### ■ MERCADO DE TRABALHO

#### Nível de ocupação e desemprego

Segundo a Pnad Contínua (IBGE), no último trimestre de 2016, a população em idade de trabalhar, com 14 anos ou mais de idade, foi estimada em 167,1 milhões de pessoas. Os que estavam na força de trabalho correspondiam a 102,6 milhões de pessoas, resultando em uma taxa de participação<sup>1</sup> de 61,4%. A população na força de trabalho, por sua vez, era composta por 90,3 milhões de pessoas ocupadas e 12,3 milhões de desocupados. A população fora da força de trabalho, com 14 anos ou mais de idade, que não se encontrava ocupada ou desocupada (com procura de trabalho), correspondia a 64,5 milhões de pessoas no mesmo período.

Quando analisado o comportamento dessas estimativas desde 2012, percebe-se que o mercado de trabalho brasileiro foi fortemente impactado pelo agravamento da crise econômica, especialmente a partir de 2014. Apesar de a população em idade de trabalhar e na força de trabalho terem crescido no mesmo ritmo desde 2012 (5,7% e 5,8% respectivamente, quando comparados os últimos trimestres de 2012 e 2016), a

---

1 Percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar.

população ocupada, após ter registrado crescimento em 2012 e 2013, passou a decrescer desde 2014 e voltou, em 2016, ao mesmo patamar, em números absolutos, de 2012, quando havia 90,3 milhões de pessoas ocupadas no mercado de trabalho brasileiro. Tendo em vista que, entre o último trimestre de 2012 e o último trimestre de 2016, a população em idade de trabalhar cresceu, ao passo que o número de ocupados ficou relativamente estável, o nível de ocupação caiu de 57,1% para 54,0%, no período.

No último trimestre de 2016, destaca-se que o número de ocupados se reduziu em 2,1%, em comparação ao último trimestre de 2015. A queda foi proporcionalmente maior entre os assalariados com carteira de trabalho assinada (-3,0%). Por outro lado, se analisada a parcela dos assalariados sem carteira de trabalho assinada, percebe-se que houve uma elevação no mesmo período de 1,4%, o que revela a deterioração das condições de inserção da força de trabalho, associada ao forte crescimento da população desocupada, que foi de 36,0% neste último ano.

Essa deterioração recente se dá em um mercado de trabalho marcado por uma inserção diferenciada dos segmentos populacionais, segundo gênero e cor/raça. Embora no último trimestre de 2016, as mulheres fossem maioria na população residente (51,6%) e na população em idade de trabalhar (52,2%), elas se encontravam sub-representadas na força de trabalho (43,9%), entre os ocupados (43,0%), assalariados

(46,9%) e entre os assalariados com carteira de trabalho assinada (45,5%). Além disso, o indicador da taxa de desocupação estimada para as mulheres (13,8%) é substancialmente maior do que a verificada para os homens (10,7%) no mesmo período.

A desigualdade no mercado de trabalho acentua-se à medida que se sobrepõem às suas determinações socioeconômicas algumas características da população que sofrem com as práticas culturais discriminatórias. Quando desagregada por sexo e cor, a taxa de participação, que no total da população corresponde a 61,4%, além de variar fortemente em relação ao sexo, varia também em relação à cor/raça, oscilando, portanto, entre 72,7% para os homens não negros e 50,4% para as mulheres negras. Do mesmo modo, as taxas de participação são bastante reduzidas para jovens entre 14 e 17 anos (18,8%) e idosos com 60 anos ou mais de idade (22,8%). Ainda que as razões sejam variadas, a taxa de participação revela o maior ou menor estímulo que o mercado de trabalho exerce sobre os diferentes grupos populacionais, influenciado, portanto, pela diferente expectativa decorrente das desigualdades no acesso às diferentes inserções ocupacionais e nos rendimentos do trabalho.

A taxa de desocupação medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua – IBGE) para o conjunto da população em idade de trabalhar brasileira atingiu 12,0% da população na força de

trabalho no último trimestre de 2016, o que significa quase o dobro da taxa de desocupação no mesmo período de 2014, quando estava em 6,5%. Em números absolutos, ainda que o crescimento mais acentuado também tenha se dado desde 2014, a população desocupada vem crescendo desde o último trimestre de 2013, quando totalizava 6 milhões de pessoas e, no quarto trimestre de 2016, 12,3 milhões de brasileiros estavam desocupados.

Os indicadores de desemprego medidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED – DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais), que englobam não apenas a taxa de desemprego aberto, mas também as modalidades de desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento, características de mercados de trabalho heterogêneos como o das regiões metropolitanas brasileiras pesquisadas, também são reveladores de uma situação de desemprego crescente. Nesse sentido, a maior taxa de desemprego captada foi na Região Metropolitana de Salvador (24,1%), seguida pelo Distrito Federal (17,8%), Região Metropolitana de São Paulo (16,8%), Região Metropolitana de Fortaleza (13,1%) e Região Metropolitana de Porto Alegre (10,7%), quando consideradas as taxas médias para 2016. Destaca-se que, nas regiões metropolitanas do Nordeste, as taxas de desemprego oculto correspondem a quase um terço (na RM Salvador) e um quinto (RM Fortaleza) da taxa de desemprego total, enquanto na RM Porto Alegre, o desemprego oculto corresponde a 12,1% do desemprego total.

Além do elevado contingente de desempregados e da presença do desemprego oculto, o mercado de trabalho dessas regiões também é caracterizado por elevado tempo médio de procura por trabalho das pessoas desempregadas. Em 2016, esse tempo variou entre 52 semanas (cerca de 12 meses) para a Região Metropolitana de Salvador e 32 semanas (quase 7 meses e meio) para a Região Metropolitana de Fortaleza. Destaca-se ainda que em todas as regiões pesquisadas pela PED, entre 2012 e 2016, o tempo médio de procura vem subindo desde 2014.

### Ocupação e condições de trabalho

Dos cerca de 90,3 milhões de brasileiros ocupados no último trimestre de 2016, quase metade (49,3%) era empregada no setor privado, a maior parcela (37,7%) com carteira de trabalho assinada. No mesmo período, 24,5% eram trabalhadores por conta própria, 12,5% eram empregados do setor público, 6,8% trabalhadores domésticos, 4,6% eram empregadores e 2,3% trabalhadores familiares.

Mais de um quinto dos ocupados (21,8%) eram trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados. Outra parcela significativa se encontrava em ocupações elementares (18%), como trabalhadores qualificados, operários, e artesão da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (13,6%) e como profissionais das ciências e intelectuais (10,4%).

Em relação à distribuição dos grupamentos ocupacionais por sexo, destaca-se a presença de mulheres, particularmente no trabalho de apoio administrativo (61,4%) e entre os profissionais das ciências e intelectuais (60,2%) e dos homens entre os membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares (91,3%) e como operadores de instalações, máquinas e montadores (86,2%).

Em termos setoriais, cerca de um terço das mulheres se concentra em cinco ocupações principais: serviço doméstico (14,7%); pré-escola e ensino fundamental (6,8%); restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (4,7%); comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem (4,0%); e cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza (3,9%). Já entre os homens ocupados, as cinco principais atividades reúnem quase um quarto dos ocupados: construção de edifícios (9,1%); comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,7%); criação de bovinos (3,5%); serviços especializados para construção (3,3%); e transporte rodoviário de carga (3,3%). Portanto, os maiores empregadores no país são, para ambos os sexos, os setores com predomínio de ocupações menos qualificadas e com baixa remuneração, conforme veremos na próxima seção.

Os resultados do último trimestre de 2016 revelam a persistência de elevada desproteção da ocupação no Brasil. Nota-se que, entre os ocupados, 68,6% estavam em alguma relação assalariada (empregados com e

sem carteira, trabalhadores domésticos com e sem carteira, militares e estatutários) e, destes, 73% estavam em alguma relação assalariada formalizada (empregados com carteira, trabalhadores domésticos com carteira, militares e estatutário), enquanto os outros 27% se encontravam em ocupações assalariadas sem carteira de trabalho assinada. Ou seja, apenas metade do total de ocupados tinha acesso aos direitos trabalhistas garantidos pela carteira de trabalho assinada (tais como o Seguro-Desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, férias, 13º salário etc.) ou aos direitos estabelecidos pelos vínculos empregatícios do trabalho no setor público.

Essa situação é também preocupante se analisada do ponto de vista da proteção previdenciária pois, apesar das políticas recentes de ampliação da cobertura previdenciária para além das ocupações assalariadas, como, por exemplo, para os microempreendedores individuais (MEI), mais de um terço do total de ocupados (34,6%) ainda não contribuem para a previdência, segundo os resultados da Pnad Contínua para o último trimestre de 2016 e, portanto, não podem acessar os benefícios previdenciários, como aposentadoria, licença maternidade, licença saúde, entre outros.

Outro indicador importante relacionado às condições de proteção da ocupação dos assalariados formalizados diz respeito à associação a sindicatos, no sentido que revela a capacidade de organização dos



trabalhadores na disputa pela preservação e ampliação dos direitos conquistados, apesar de os acordos e convenções coletivas negociados pelo sindicato cobrirem todos os trabalhadores de base, sejam eles associados ou não. Nesse sentido, a informação da Pnad de 2015 revela que apenas 26,6% dos assalariados formalizados se encontravam associados a um sindicato. A sindicalização era maior entre os trabalhadores da educação, saúde e dos serviços sociais (35,5%) e menor entre os empregados domésticos (4,0%).

Segundo a PED, se considerarmos as formas de inserção ocupacional nas quais os trabalhadores se encontram menos protegidos (assalariados sem carteira de trabalho assinada do setor privado, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos), os ocupados em situações de trabalho vulneráveis atingiram 40,1% na Região Metropolitana de Fortaleza, 32,6% na de Salvador, 26,2% na de São Paulo, 24,6% no Distrito Federal e 21,6% na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2016.

Em relação às condições de trabalho, a mesma pesquisa revela ainda que parcela significativa das pessoas que se encontram em ocupações assalariadas, as quais dada a condição contratual deveriam ser mais protegidas, trabalham acima da jornada legal de 44 horas semanais. Essa parcela é sempre maior no setor de comércio, chegando a 56,6% dos assalariados deste setor na Região Metropolitana de Salvador e 53,3% na de Fortaleza, em 2016.

Segundo as informações dos registros administrativos do Ministério do Trabalho (Relação Anual de Informações Sociais – Rais e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged), que reúnem informações sobre os ocupados com vínculo formal, em 31 de dezembro de 2016, havia 37,9 milhões de vínculos empregatícios celetistas ativos no mercado de trabalho brasileiro. Desses, 22,5 milhões eram ocupados por homens e 15,4 milhões por mulheres (equivalentes a 40,6% do total). Ao longo de 2016, o número de vínculos de emprego ocupados por homens caiu 3,8% em relação a 2015 e o de mulheres recuou 2,8%, o que resultou em redução média de 3,4% do total de vínculos, ou de 1,3 milhão em números absolutos.

No que diz respeito à idade dos ocupantes dos empregos formais em 31 de dezembro de 2016, as maiores frequências estão nas faixas intermediárias: entre 30 a 39 anos (30,6%), 40 a 49 anos (19,5%), 18 a 24 anos (18,4%) e 25 a 29 anos (16,7%). Nota-se ainda que a redução no volume de vínculos se deu nas faixas de idade mais elevadas, em contrapartida a uma ampliação das faixas mais jovens. Destaca-se a redução nas faixas etárias de 65 anos ou mais de idade (-18%) e de 50 a 64 anos (-9,1%) e a elevação para os jovens com idade até 17 anos (37,1%) e de 18 a 24 anos (3,7%). Esse movimento reflete também a estratégia das empresas de redução dos salários médios, como forma de diminuir o custo do trabalho no período.

Ao mesmo tempo, quando se analisa a distribuição e a evolução por escolaridade, percebe-se o predomínio dos vínculos de emprego em 31 de dezembro de 2016 em uma faixa intermediária (50,8% tinham ensino

médio completo) e um movimento mais acentuado de redução dos vínculos nas faixas de menor escolaridade no último ano, ainda que a redução tenha ocorrido em todas as faixas. Nesse sentido, destacam-se a redução acentuada do número de vínculos de emprego ocupados por pessoas analfabetas (-6,8%), com ensino fundamental incompleto (-8,2%) e com fundamental completo (-6,7%), e a redução abaixo da média das pessoas com ensino superior (-1,5%), superior incompleto (-1,5%) e médio completo (-1,8%).

Esses indicadores sugerem que, possivelmente, os jovens contratados em 2016, únicos que tiveram o estoque de vínculos ampliado no período, eram relativamente mais escolarizados do que os empregados nos vínculos desligados no mesmo período, predominando os que tinham escolaridade entre o ensino médio completo e o superior completo.

A análise do estoque mensal de empregos celetistas do Caged segundo setores de atividade econômica, em dezembro de 2016, revela que os vínculos formais se distribuem nos setores de atividade econômica da seguinte forma: serviços (43,8%), comércio (23,6%), indústria de transformação (18,9%), construção civil (5,9%), agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (4,0%), administração pública (2,2%), serviços industriais de utilidade pública (1,1%) e extrativa mineral (0,5%). Destaca-se ainda, a partir dos dados do Caged, que os dois setores que mais empregaram – serviços e comércio – estão entre os que apresentaram menores retrações no número de vínculos formais em 2016 (-2,3% e -2,2%, respectivamente) e haviam mantido, junto aos serviços

industriais de utilidade pública, variações positivas de 2012 até 2014. Por outro lado, destaca-se a forte queda da construção civil (-13,9%), da extrativa mineral (-5,8%) e da indústria de transformação (-4,4%), setores que já registram três anos consecutivos de redução no estoque de vínculos formais, bem como o recuo de 1,3% da administração pública. Por fim, a agropecuária apresentou retração em 2013 (-0,4) e 2016 (-0,9%).

Outra característica que pode ser considerada de natureza estrutural é a elevada movimentação contratual do mercado de trabalho. Segundo o Caged, em 2016, foram realizadas 14,8 milhões admissões de vínculos celetistas e 16,1 milhões desligamentos, gerando saldo negativo de 1,3 milhão de empregos celetistas. Essa movimentação provoca enorme rotação da força de trabalho, o que caracteriza o mercado de trabalho brasileiro como fortemente flexível quanto às condições de contratação.

A análise da série histórica da taxa de rotatividade dos vínculos formais regidos pela CLT para o período de 2003 a 2015 indica que esta se mantém em patamar elevado tanto em momentos de expansão como de retração do mercado de trabalho. A taxa de rotatividade global, que considera todos os motivos de desligamento, se manteve sempre acima do patamar de 2003 (52,4%), e atingiu o nível mais elevado em 2011 (64,5%), terminando a série em 54,8%. Já a taxa de rotatividade descontada, que é uma expressão da movimentação contratual decorrente da iniciativa patronal que exclui os desligamentos relacionados ao trabalhador, falecimento, aposentadoria e demissão a pedido, além das transferências, se manteve, no

mesmo período, sempre acima de 40,2% (resultado de 2004), atingindo 45,0% em 2008 e chegando em 2015 no patamar de 41,0%.

A taxa de rotatividade é elevada em todas as regiões do país. Segundo dados do Caged de 2015, percebe-se que a taxa de rotatividade descontada era menor no Sudeste (39,5%) e maior no Centro-Oeste (49,5%). Do mesmo modo, a taxa de rotatividade descontada é relativamente maior para os empregos ocupados por homens (43,4%) do que para mulheres (37,4%).

As taxas de rotatividade apresentam disparidades significativas quando observadas por faixa etária e por escolaridade. Percebe-se que elas são mais elevadas para os vínculos ocupados por trabalhadores mais jovens, e menores para faixas etárias mais altas. Em 2015, a faixa de 18 a 24 anos apresentou a maior taxa de rotatividade descontada (56,6%). Nas demais faixas etárias, a taxa passou a cair progressivamente, até atingir 27,7% entre as pessoas de 50 a 64 anos de idade.

Percebe-se também que a taxa de rotatividade descontada é menor quanto maior a escolaridade do trabalhador: a maior taxa é a dos vínculos ocupados por trabalhadores analfabetos ou com até o ensino fundamental incompleto (47,7%), que é semelhante para os vínculos correspondentes aos trabalhadores com ensino fundamental completo (46,8%), um pouco menor para os vínculos de trabalhadores com

ensino médio completo (42,1%) e bastante inferior entre os vínculos de trabalhadores com superior completo (22,4%).

As taxas de rotatividade também variam entre os setores de atividade econômica. Entre aqueles que possuem maior expressividade em termos de participação no estoque de empregos celetistas, a indústria de transformação e os serviços são os que têm as menores taxas de rotatividade descontada (35,4% e 36,1%, respectivamente). Já a agropecuária e, principalmente, a construção civil apresentam as maiores (56,9% e 88,3%, respectivamente).

Em termos de famílias ocupacionais, percebe-se que há uma concentração relativamente maior da movimentação contratual em torno de poucas famílias, segundo os dados do Caged para 2015. As 20 famílias ocupacionais com maior participação no volume de desligamentos, de um total de mais de 550 famílias ocupacionais constantes da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), apresentam taxa de rotatividade descontada de 47,1%, enquanto as demais apresentam, na média, rotatividade de 35,5%, ainda elevada, porém de menor magnitude.

Com relação ao tamanho do estabelecimento, a taxa de rotatividade descontada é maior nos estabelecimentos com até quatro vínculos (44,7%) e menor naqueles com mil vínculos ou mais (30,9%),

mantendo-se em torno de 40% nas faixas intermediárias entre os estabelecimentos que com cinco a 249 vínculos de emprego, segundo os dados da Rais para 2015. Cabe notar, contudo, que mesmo uma taxa de rotatividade relativamente inferior dos estabelecimentos maiores implica rotação de um volume muito maior de trabalhadores em relação aos pequenos. Por exemplo, uma substituição de dois trabalhadores em um estabelecimento com quatro trabalhadores representa 50%. Já em um estabelecimento com 1.000 trabalhadores, seria necessário movimentar 500 trabalhadores para se atingir a mesma taxa de rotatividade.

### **Rendimentos e distribuição de renda**

Nesta edição, o Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda acrescentou um livreto específico para apresentar um conjunto de informações sobre os rendimentos do trabalho e os rendimentos familiares no Brasil.

O rendimento médio real mensal do trabalho em reais de setembro/outubro de 2015 para o conjunto de ocupados correspondeu a R\$ 1.662, resultado inferior em -7,8% em relação ao do ano anterior, quando correspondia a R\$ 1.803. Essa queda, decorrente principalmente dos impactos da crise econômica, encerra um período de 10 anos de crescimento do rendimento real do trabalho no país, registrando expansão de

49,1% entre 2003 e 2014. Essa elevação dos rendimentos sucedeu longo período de queda nos rendimentos, de 1996 a 2003, quando foi registrada queda de 21,6%, com o rendimento médio real caindo de R\$ 1.542 em 1996 para R\$ 1.209 em 2003. Ressalta-se ainda que até 2009 o rendimento real médio ainda não havia chegado ao mesmo patamar de 1996.

Além de os rendimentos do trabalho serem, em geral, muito baixos, há também grande desigualdade quando se comparam diferentes regiões ou segmentos da população.

Segundo a Pnad, em 2015, a remuneração média dos assalariados com carteira de trabalho assinada para o Brasil (R\$ 1.990) variou entre R\$ 1.543 no Nordeste e R\$ 2.301 no Centro-Oeste, diferença, portanto, de 49,1%. As diferenças são ainda maiores se analisado o rendimento médio desses assalariados com carteira de trabalho assinada por setor de atividade econômica: enquanto os serviços domésticos têm remuneração média de R\$ 1.016, as outras atividades industriais (parcela da indústria sem a de transformação) têm remuneração média de R\$ 3.388, ou seja, 233,4% superior aos serviços domésticos. Destaca-se que essas são também as atividades com menor (serviços domésticos) e maior (outras atividades industriais) taxa de sindicalização (4,0% e 42,2%, respectivamente).



Outra informação relevante apresentada no Anuário diz respeito ao impacto da entrada precoce do trabalhador no mercado de trabalho sobre a remuneração do trabalho. Segundo os dados da Pnad, existe uma tendência ao crescimento gradativo do rendimento médio dos ocupados de acordo com a idade com que a pessoa começa a trabalhar na juventude: para quem começou a trabalhar com até 9 anos, o rendimento médio em 2015 correspondia a 1,7 salário mínimo, se elevando para 2 salários mínimos para quem começou a trabalhar entre 10 e 14 anos, crescendo nas faixas de idade sucessivas até atingir 3,6 salários mínimos para quem começou a trabalhar entre 25 e 29 anos. Essa tendência sugere o impacto da ampliação da escolarização e do maior tempo de dedicação exclusiva aos estudos sobre a remuneração do trabalho. Por outro lado, quem começou a trabalhar com 30 anos ou mais sofre forte queda no rendimento médio, que volta ao patamar de 1,7 salário mínimo, possivelmente porque os motivos que os mantiveram fora do mercado de trabalho eram outros que não o aumento da escolarização e qualificação profissional.

O índice de Gini é um indicador que mede o grau de concentração da distribuição, relacionado à diferentes medidas de renda, e varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). Quando se analisa o índice de Gini do rendimento médio real do trabalho no Brasil, nota-se que ele permaneceu em nível

bastante elevado em 2015 (0,539), revelando a elevada concentração da renda. Destaca-se que o índice sofreu elevação em relação ao ano anterior (era de 0,529 em 2014), após 14 anos seguidos de queda, com exceção de pequena elevação em 2009, quando registrou 0,562, após ter assinalado 0,559 em 2008.

O Anuário do Sistema Público de Emprego 2016 traz informações sobre as principais políticas públicas de emprego implementadas pelo governo federal.

A principal fonte de financiamento dessas políticas são os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o qual apresentou em 2015 receitas em valores reais (de dezembro de 2015) ampliadas em 52,6% em relação a 2002, ainda que o melhor desempenho tenha se dado até 2012, quando a receita era 70% superior à de 2002. Por outro lado, as despesas do FAT aumentaram em proporção bastante superior, totalizando volume 173,5% superior em 2015 em relação à 2002, em valores de dezembro de 2015. Esse volume se reduziu desde 2014, quando as despesas apresentaram o maior volume, 225,1% superior a 2002.

### ■ INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA

A intermediação de mão de obra (IMO) é uma das principais políticas públicas de emprego desenvolvida pelo Ministério do Trabalho em Convênio com Estados e Municípios no Brasil com o objetivo de promover o encontro entre vagas de trabalho e trabalhadores que procuram um emprego. Trata-se de uma política estratégica para possibilitar a integração com as demais políticas de emprego, em torno da qual se estruturam os equipamentos públicos e o cadastro do público demandante das políticas do Sistema Nacional de Emprego (Sine), como o Seguro-Desemprego e a qualificação profissional.

Em 2016, o Sine ofertou o montante de 1,2 milhão de vagas e as empresas realizaram 361 mil cadastros de funções. Assim, cada cadastro de vaga oferecia, em média, 3 vagas. Por sua vez, 4,6 milhões de trabalhadores inscreveram-se no Sine em 2016. A grande maioria estava em situação de desemprego (89,9%).

Do total de inscritos em 2016, 572 mil foram encaminhados para alguma vaga ao longo do ano. Considerando o total de inscritos no Sine, isto é, inclusive os inscritos em anos anteriores, a soma de encaminhados para entrevistas em 2016 foi de 2,3 milhões de trabalhadores. Porém, somente um em cada 10 encaminhados (9,9%) foram, de fato, *colocados* através do Sine nas vagas ofertadas.

Os dados da Pnad Contínua do último trimestre de 2016 revelam que apenas 3,6% da população brasileira desocupada declararam ter realizado inscrição no Sine como providência tomada para buscar um emprego. O contato direto com o empregador (77%) ou com amigos, parentes e colegas (10,2%) foram as principais providências tomadas. Os dados indicam, portanto, que, apesar do potencial do Sistema para possibilitar o encontro entre as oportunidades existentes e as pessoas desempregadas, tendo em vista o grande número de vagas e inscrições captadas pelo Sine, ele ainda não é identificado pela população como a principal estratégia de procura de emprego. Muitos inscritos no Sine realizam essa inscrição motivados pela

perspectiva de acessarem o Seguro-Desemprego, já que apenas os inscritos no Sistema podem realizar o requerimento para este benefício.

Em 2016, a distribuição de inscritos entre as regiões tem uma relação mais forte com o tamanho da população do que com o número de vagas disponíveis em cada região. Assim, embora a distribuição de inscritos no Sine nas regiões do país seja aproximadamente semelhante à distribuição da população, Sul e Centro-Oeste oferecem mais vagas, proporcionalmente ao tamanho de suas populações. Os números do Sine indicam também que existe uma concentração relativa de vagas ofertadas em municípios com mais de um milhão de habitantes. Enquanto 22% da população total residia nesses municípios em 2016, segundo estimativa do IBGE, esses mesmo municípios foram responsáveis pela oferta de 35% das vagas do Sine.

Quanto ao perfil dos trabalhadores encaminhados para as vagas ofertadas, eles são predominantemente homens (55,9%), negros (57%), jovens de até 29 anos (70,3%) e pessoas com ensino médio completo e superior incompleto (57,5%).

Destaca-se que a proporção de encaminhados efetivamente colocados (9,9%, no total) é baixa para todos os recortes que foram analisados do perfil. Entretanto, algumas diferenças são observadas: 12,1% dos

homens encaminhados são colocados, contra 8,1% das mulheres; 11,3% dos negros conseguem a ocupação, contra 10,1 % dos não negros; e 13% das pessoas com deficiência encaminhadas são colocadas, proporção acima da média. É interessante ressaltar que esta proporção é relativamente mais elevada entre os trabalhadores analfabetos (36,1%) e cai sucessivamente com a elevação da escolaridade, resultando em apenas 8,9% de colocados entre aqueles com ensino superior encaminhados. Essa informação deve ser relativizada pelo número crescente de colocados no sentido oposto, maior a cada faixa de escolaridade até o ensino médio e superior incompleto (mas reduzido entre os trabalhadores com ensino superior), indicando maior adequação no encaminhamento para vagas com pouca ou nenhuma exigência de escolaridade.

No ato da inscrição, 85,5% das pessoas foram identificadas com algum dos públicos prioritários das políticas, com destaque para os monitorados do Seguro-Desemprego (50,2%) e as mulheres com ensino médio (21,7%). Apenas 1,2% dos inscritos eram beneficiários do Bolsa Família.

No que diz respeito ao *perfil das vagas ofertadas pelo Sine* em 2016, nota-se que dois terços são para trabalhadores com ensino médio completo ou superior incompleto (38,6%) e com fundamental completo e médio incompleto (28,3%). Ainda que apenas 20% das vagas tenham exigência de idade mínima ou máxima, mais da metade das vagas exige alguma experiência de trabalho (57,3%), correspondendo em

geral à exigência máxima permitida no cadastramento, de seis meses de trabalho. Além disso, 9,2% das vagas eram ofertadas apenas para trabalhadores com algum tipo de deficiência.

A maioria das vagas ofertadas é para trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção (29,3%), trabalhadores dos serviços (23,5%) e trabalhadores de serviços administrativos (22%). Apenas 20 *ocupações* responderam por 52,1% do total de postos ofertados no ano, em ocupações com taxa de rotatividade média de 68,7%, portanto superior à média geral do mercado de trabalho (49,4%). Destaca-se a oferta de vagas para alimentador de linha de produção (7,7%), faxineiro (5,9%), vendedor de comércio varejista (4,0%) e operador de *telemarketing* receptivo (3,4%).

Essa concentração na oferta de vagas ofertadas no Sine também ocorre nas atividades econômicas. Quase metade foi ofertada pelas atividades administrativas e serviços complementares e pelo comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (23,8 e 22,2%, respectivamente). Entre as 20 *atividades econômicas* que mais ofertaram vagas, respondendo por 42,3% do total, destacam-se: serviços de teleatendimento (7,3%) locação de mão de obra temporária (5,0%), comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados (4,2%) e restaurantes e similares (2,6%).

Destaca-se ainda que, apesar de a grande maioria das vagas ofertadas pelo Sine em 2016 para contratação permanente (89,1%), apenas 14,8% das vagas para contratação permanente que tiveram algum encaminhamento foram preenchidas. Em sentido oposto, as vagas para estágio, que correspondiam a apenas 0,8% do total, foram ocupadas em 38,2% dos casos com encaminhamento do Sine. Observa-se, portanto, que ainda é reduzido o preenchimento de vagas por meio do Sine, correspondendo a uma média de 15,6% do ofertado.

### ■ SEGURO-DESEMPREGO

O Programa do Seguro-Desemprego, regulado pela Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, engloba um conjunto de benefícios que têm a finalidade de *prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo* bem como *auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional*. O principal benefício do programa é o *Seguro-Desemprego Formal*, o qual está previsto no art.7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal de 1988 é *prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente*. Ele pode ser acessado se o trabalhador



puder comprovar um conjunto de exigências, entre elas, ter trabalhado com carteira de trabalho assinada, ter mantido o vínculo por um determinado tempo de permanência, ter sido dispensado sem justa causa, entre outros<sup>1</sup>. Além deste benefício, o Programa Seguro-Desemprego prevê ainda o auxílio para o *Pescador Artesanal* que esteja com as atividades interrompidas por conta do período de proibição da pesca para a preservação da espécie (defeso), para o *Trabalhador Doméstico* demitido sem justa causa, para o *Trabalhador Resgatado* de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, além da *Bolsa de Qualificação Profissional*, auxílio destinado aos trabalhadores com contratos de trabalho suspenso como alternativa à demissão em momentos de crise, desde que tenha sido objeto de acordo ou convenção coletiva de trabalho e pressupondo a matrícula em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.

A concessão dos benefícios do Seguro-Desemprego se integra às demais ações promovidas pelo Ministério do Trabalho em convênio com estados e municípios, como a intermediação de mão de obra e a qualificação profissional.

---

1 Para conhecer as exigências para acessar as parcelas do seguro desemprego, acesse: <http://www.trabalho.gov.br/seguro-desemprego>.

Apesar de a habilitação ao Seguro-Desemprego formal resultar de uma série de critérios, as informações estatísticas disponíveis permitem dimensionar, de forma aproximada, o público que poderia, potencialmente, acessar o seguro. Pode-se considerar, por exemplo, que entre os vínculos ativos reside um público em potencial do benefício do Seguro-Desemprego, uma vez que, caso eles venham a ser demitidos por iniciativa do empregador, sem justa causa, e atendendo aos demais critérios, eles podem acessar o Seguro. Os vínculos ativos em 31 de dezembro de 2015 com mais de 12 meses de duração do contrato de trabalho somavam 26,2 milhões de vínculos.

Outro indicador que contribui para o dimensionamento do público potencial do Seguro-Desemprego diz respeito à proporção de rescisões de contratos de trabalho sem justa causa, por decisão do empregador. Em 2015, essa proporção correspondeu a 51,9% do total de rescisões, resultado que cresceu lenta e progressivamente desde 2012, quando correspondia a 47,3%. Nota-se que essa ampliação se dá em sentido inverso ao das rescisões a pedido do trabalhador, revelando o impacto da crise econômica sobre o comportamento dos desligamentos, restringindo aqueles que ocorrem por iniciativa do empregado, ainda que o total de desligamentos tenha diminuído em números absolutos.

A combinação desses dois critérios implica um universo de cerca de 6,4 milhões de demitidos sem justa causa em 2015, com tempo de permanência no vínculo de 12 meses ou mais, montante 5,7% superior ao

ano anterior e 16,6% maior que em 2012. Ressalta-se, no entanto, que esta combinação de critérios que a Rais permite identificar não contempla outros critérios de elegibilidade que habilitam ou não o trabalhador ao seguro-desemprego, tais como o tempo de permanência nos trabalhos anteriores. Também não é considerada a reincidência ao benefício, visto que o próprio tempo de permanência no vínculo pode ser inferior caso se trate da segunda (nove meses) ou terceira (seis meses) solicitação do benefício. Portanto, esses dois critérios devem, em alguma medida, resultar em uma subestimação do público elegível a receber esse benefício ao se utilizar essas informações disponíveis na Rais.

A alta rotatividade do mercado de trabalho, como foi apresentado anteriormente, é uma das causas da baixa cobertura do Seguro-Desemprego. Segundo as informações da Rais, para um montante de 11,8 milhões de desligamentos sem justa causa em 2015, apenas 7,7 milhões de pessoas conseguiram se habilitar ao Seguro no mesmo ano, tornando-se segurados. Trata-se, portanto, de uma razão segurados/desligamentos de 65,2%, a qual se reduziu em relação aos últimos anos (foi de 67,5% em 2012 e de 68,8% em 2013 e 2014). Importante registrar que a Medida Provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014, convertida na Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015, restringiu os critérios para acessar o Seguro-Desemprego, com impactos ainda em análise sobre o número de segurados.

A modalidade mais representativa, denominada Seguro-Desemprego formal, é voltada para a proteção dos trabalhadores celetistas, caso venham a se encontrar na situação de desemprego involuntário, observados os critérios de acesso. As informações do Seguro-Desemprego formal revelam que, em 2016, quase 7,6 milhões de requisições do benefício foram feitas, e, no mesmo ano, 7,2 milhões foram considerados segurados e quase 7 milhões receberam os benefícios. Destaca-se que quase metade dos beneficiários eram do Sudeste (49,2%), seguidos pelo Nordeste (19,9%), Sul (16,7%), Centro-Oeste (8,6%) e Norte (5,6%), mantendo relativa proporcionalidade com o estoque de empregos formais celetistas registrados pela Rais em dezembro de 2016 (52,3%, 16,6%, 18,4%, 8,1% e 4,6%, respectivamente), ainda que o Sudeste e o Sul apresentem participação um pouco maior em relação às demais regiões.

A razão entre segurados e requerentes (taxa de habilitação) e a razão entre beneficiários e segurados do Seguro-Desemprego são em geral bastante elevadas (94,9% e 97% em 2016, respectivamente).

Além da baixa cobertura do Seguro em relação ao público potencial, a restrição no número de parcelas, que é de no máximo cinco, e a taxa de reposição salarial limitam a garantia do sustento do trabalhador durante o tempo em que ele permanece desempregado, que se elevou durante o atual período de crise econômica, conforme o esperado. Além de o número máximo de parcelas previstas atualmente já ser baixo, menos da metade dos beneficiários (48,3%) receberam de fato cinco parcelas, em 2016. E a taxa de reposição do salário

pago pelo Seguro-Desemprego foi de 77,4%. Embora essa taxa seja razoável, deve-se lembrar que ela é uma proporção dos salários, que já são, na maioria, muito baixos. De fato, quanto maior o salário, mais baixa a taxa de reposição. Isso explica, ao menos em parte, porque a taxa de reposição do salário foi maior para as mulheres (80,9%) do que para os homens (75,3%). A maioria dos benefícios pagos pelo Programa Seguro-Desemprego em 2016 foi na modalidade seguro desemprego formal (90,1%). A segunda modalidade mais frequente foi o Seguro-Desemprego para o pescador artesanal (7,9%) e a terceira para empregados domésticos (1,7%). As demais modalidades tiveram resultado residual e ficaram abaixo de 1%: 20,2 mil pessoas receberam para qualificação profissional e 751 trabalhadores na condição de resgatados em situações análogas à escravidão. Destaca-se que o Seguro-Desemprego formal foi mais numeroso em todas as regiões, mas do pescador artesanal foi proporcionalmente mais representativo no Nordeste (20%) e no Centro-oeste (18,9%).

Em coerência com as informações apresentadas anteriormente para o conjunto dos trabalhadores inscritos, encaminhados e colocados pelo Sine, as informações do MTb revelam que, entre os beneficiários do Seguro-Desemprego monitorados pelo Sine, a taxa de colocação (colocações em relação ao total de encaminhamentos feitos para as vagas ofertadas) era de apenas 8,8% em 2016, tendo caído lenta e progressivamente desde 2012, quando era de 14,3%. Ao longo deste período, a taxa de colocação foi

sempre superior para os homens, correspondendo em 2016 a 9,6%, para eles, e a 6,9% para as mulheres. Neste ano também, a taxa de colocação dos beneficiários do Seguro-Desemprego monitorados pelo Sine teve resultado um pouco superior no Norte e Nordeste (13,1% e 13,0%, respectivamente), e menor no Sudeste (6,0%).

### ■ QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E APRENDIZAGEM

Os resultados quantitativos do Caged relativos à escolaridade dos trabalhadores admitidos em empregos formais no Brasil revelam a adequação, em termos proporcionais, com as vagas ofertadas pelo Sine, com predomínio das admissões de trabalhadores com ensino médio completo ou superior incompleto e dos trabalhadores com fundamental completo ou médio incompleto: essas faixas de escolaridade foram responsáveis, respectivamente, por 58,7% e 19,9% do total de admissões em 2016.

Por outro lado, tendo em vista a representatividade no total do indicador da escolaridade, o saldo da movimentação dos vínculos (admissões menos desligamentos) revela que os quantitativos dessas faixas de escolaridade também foram fortemente impactados pela crise econômica, com redução dos saldos, particularmente a partir de fevereiro de 2014. Destaca-se, no entanto, que o saldo da movimentação de vínculos de emprego formal com fundamental incompleto passa a ser negativo já em junho de 2012,

enquanto o da faixa fundamental completo e médio incompleto se torna negativo em junho de 2014, e o das ocupações com médio completo e superior incompleto se torna negativo mais de um ano depois, em agosto de 2015, simultaneamente às ocupações com superior completo.

Apesar desse resultado ter a ver com o aumento da escolaridade média dos trabalhadores, resultante da substituição daqueles com escolaridade mais baixa por trabalhadores com escolaridade mais elevada, e com possíveis impactos da crise econômica, é importante notar que esse comportamento conjuntural se soma a um problema estrutural do mercado de trabalho brasileiro, no qual a taxa de rotatividade no emprego formal, historicamente elevada para o conjunto das ocupações, é maior quanto menor a escolaridade do trabalhador.

Segundo as informações mais recentes do Censo Escolar da Educação Básica do Inep, em 2015, foram registradas 1,7 milhão de matrículas em cursos técnicos de nível médio no Brasil, em modalidade presencial ou à distância, através da rede federal, estadual, municipal e privada. Destaca-se o número de matrículas nos cursos relacionados aos eixos tecnológicos de ambiente e saúde (23,2%), gestão e negócios (20,2%) e controle e processos industriais (15,5%).

No mesmo ano, o Censo da Educação Superior (Inep) registrou um milhão de matrículas em cursos tecnológicos em todo o Brasil, à distância e presenciais em faculdades públicas e privadas. Destaca-se a concentração de matrículas nas áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito (57% do total), quase um terço (ou seja, 17,6% do total de matrículas em cursos tecnológicos) em gestão de pessoal ou recursos humanos.

Em 2016, o Pronatec registrou quase 160 mil matrículas no Brasil, 16,7% a mais do que no ano anterior. No mesmo ano, 139 mil pessoas concluíram os cursos do Pronatec, com destaque para os cursos de técnico em informática (9,7%), técnico em agropecuária (7,6%) e técnico em edificações (5,9%).

Tendo em vista a importância da experiência profissional como parte da qualificação dos trabalhadores, este Anuário explorou também as informações relativas aos vínculos de aprendizagem no emprego formal no Brasil. O contrato de aprendiz foi regulamentado pelo Decreto nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005 e se refere ao contrato especial por prazo determinado e não superior a dois anos, que autoriza a contratação de pessoas com idade entre 14 e 24 anos inscritas em programa de aprendizagem e formação técnico-profissional.

Em 2016 foram registradas quase 388 mil admissões em vínculos de aprendizes em todo o país, a maioria (55,5%) de pessoas com ensino fundamental completo ou médio incompleto. Portanto, predomina uma



faixa de escolaridade menor que a do total de vínculos formais no Brasil, o que não surpreende, uma vez que os aprendizes ainda estão em idade escolar.

Destaca-se ainda que, apesar de o saldo total da movimentação de admitidos e desligados no Brasil, em 2016, também ter sido negativo (- 8 mil), os aprendizes nas faixas de escolaridade entre o fundamental incompleto e o médio incompleto só passaram a ter saldo negativo em dezembro de 2015, retardando, portanto, o efeito da crise em relação ao total de vínculos formais do mercado de trabalho. Além disso, os vínculos de aprendizes com médio completo a superior completo se mantiveram com saldos positivos até o final de 2016.

Apesar de ser crescente desde 2012, quando registrava 293 mil vínculos deste tipo, o estoque de aprendizes em 31 de dezembro de 2015, registrado pela Rais (376 mil), atinge apenas um quarto do potencial de contratação estimado nesta modalidade, que seria de 1.455 mil vínculos formais, se considerados os critérios do Decreto nº 5.598 de 2005, que regulamenta a contratação de aprendizes.

O acompanhamento da trajetória do aprendiz no mercado de trabalho formal, no entanto, revela que ainda é preciso avançar nas condições de inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho formal. Segundo os dados da Rais, em 2015, ainda que metade (51,2%) dos aprendizes com vínculos em 2009 permanecesse no mercado de trabalho formal, esse percentual era inferior ao total de trabalhadores (62,7%) e dos jovens

de até 29 anos (59,3%) no mesmo período. Além disso, os dados são preocupantes, pois revelam um percentual baixíssimo de aprendizes que permaneceram no mesmo estabelecimento (5%) ou na mesma ocupação (14,7%), novamente em patamar muito inferior ao conjunto dos vínculos formais (47,4% e 50,7%, respectivamente), no período analisado. Portanto, ainda que a contratação de aprendizes venha avançando na formalização de trabalhadores em uma faixa etária comumente empregada informalmente no mercado de trabalho brasileiro, é preciso analisar os motivos pelos quais a política ainda não promove a efetiva entrada dos trabalhadores no mercado de trabalho formal, no período referido.

### ■ MICROCRÉDITO E PROGER

Também no âmbito das políticas ativas de mercado de trabalho encontra-se o incentivo à geração de novos postos de trabalho, emprego e renda por intermédio da oferta de crédito e incentivos creditícios a empresas, trabalhadores autônomos, cooperativas, entre outras formas de organização.

Segundo a Pnad, 496 mil empreendedores agrícolas (ou 13% do total) receberam algum tipo de financiamento em 2014 no Brasil, a maioria do Pronaf (379 mil ou 76,3% dos empreendimentos que receberam financiamento). No mesmo ano, 830 mil empreendedores não agrícolas buscaram microcrédito,

744 mil conseguiram receber, correspondendo, portanto, a 4% do total de empreendedores não agrícolas no Brasil.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e os Programas de Geração de Emprego e Renda (Proger) são duas iniciativas nacionais desta natureza e desenvolvem atividades de financiamento há anos, beneficiando direta ou indiretamente número expressivo de trabalhadores e trabalhadoras.

Em 2015, o PNMPO atingiu, em valores contratados, o montante de R\$ 12,4 bilhões, distribuídos por um total de 5,2 milhões de contratos com valor médio de R\$ 2,4 mil. No período 2009 a 2015, percebe-se a expansão significativa (221%) no número de contratos e, proporcionalmente, no montante de valores emprestados (241%), tendo sido mantido praticamente inalterado o valor médio real, que cresceu 6,4% no período, sempre em valores reais de dezembro de 2015. Segundo as regiões do país, destaca-se a concentração deste programa na região Nordeste (77,9% dos contratos), sendo que quase 24% do valor total do país foram concedidos em contratos realizados no Ceará, 10,3% na Bahia, 9,8% no Maranhão e 9,0% no Piauí.

Quanto ao perfil dos clientes atendidos pelo PNMP0, predominam as mulheres (64,6% dos contratos), os negócios com existência informal (96,8%), desenvolvidos no ramo do comércio (77,7% dos clientes atendidos) e os financiamentos destinados ao capital de giro (90,8%).

Os números relativos ao Proger mostram maior oscilação da quantidade de operações no período em análise, totalizando 337 mil em 2016, após um auge em 2010 (1.044 mil). Já no que se refere ao volume de transações, os dados revelam a tendência de queda desde 2009 (quando totalizou R\$ 17,3 bilhões em operações), com pequenas elevações em 2012 e 2015, e nova queda em 2016, quando se reduziu a R\$ 7,9 bilhões. As operações para pequenos empreendimentos, que em 2009 eram responsáveis pela quase totalidade do número de operações (701 mil), foram as que mais sofreram queda no período, mas tiveram pequena elevação em 2016 no número de operações (42,6 mil) e valor total (R\$ 2,8 bilhões). Desde 2011, as operações classificadas como voltadas à política industrial foram as mais representativas em volume de recursos, atingindo R\$ 3,8 bilhões em 2016.

Quando analisado por linha de crédito, percebe-se que, na verdade, a ênfase do programa continua para os pequenos empreendimentos, mas de forma subsidiária à política industrial e em nova linha de crédito: em 2016, a linha de crédito FAT Fomentar – micro e pequena empresa foi responsável por 68% das operações e 46% do valor total de recursos ofertados.

Em relação à distribuição territorial, o Sudeste e o Sul foram responsáveis por quase três quartos do volume total de recursos oferecidos, respondendo por 40,8% e 33,3%, respectivamente. O estado de São Paulo recebeu 21,8% do recurso total emprestado no país.

Destaca-se ainda que, em oposição ao PNMPQ, os volumes de recursos foram prioritariamente para investimento (90,3%) e apenas 9,7% para capital de giro. Por fim, este Anuário revela que a maior parte dos recursos foi intermediado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES (60,9%), ainda que a Caixa Econômica Federal tenha mais que dobrado a participação em relação ao ano anterior, intermediando 22,2% do volume de recursos emprestados pelo Proger em 2016.

## Indicadores da saúde do trabalhador com base na Rais

---

O sétimo livreto do conjunto Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda apresenta dados sobre Saúde do Trabalhador disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais – Rais/MTb, com informações sobre os vínculos de emprego formal, ou seja, os empregados com carteira de trabalho assinada ou funcionários públicos. A Rais disponibiliza informações sobre afastamentos e desligamentos motivados por acidentes ou doenças do trabalho. Devido à ampla cobertura do mercado do trabalho formal, as informações retratam o emprego formal, pois registra todo o histórico contratual da força de trabalho empregada em empresas e do emprego celetista contratado no setor público, conforme Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. No entanto, com relação especificamente aos indicadores de saúde do trabalhador a cobertura ainda não é ampla, pois há subdeclaração de informações pelas empresas respondentes dos registros administrativos.

Nesse sentido, em se tratando das informações de saúde do trabalhador, deve-se ter mais atenção na análise, se possível, relacionando as informações da Rais com outros cadastros públicos que trazem informação sobre esse tema, como, por exemplo, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/Ministério da Saúde) e a do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (Aeat/Previdência Social).

## Indicadores da saúde do trabalhador com base na Rais

---

A título de comparação, enquanto a Rais registrou 1.886 óbitos decorrentes de acidentes de trabalho em 2014, o Sinan registrou 2.156 e o Aetc, 2.7831.

Entre as informações disponibilizadas pela Rais, em 2015, foram registrados cerca de 376,4 mil casos de afastamento por motivo de acidente de trabalho, dos quais 70,9% eram considerados acidentes “típicos” ou de “trajeto” e 29,1% decorrentes de doenças profissional ou do trabalho.

O número de falecimentos por acidente de trabalho (desligamentos por motivo de óbito) registrado pela Rais, entre 2005 e 2015, oscilou entre 1.780 em 2006 e 2.289 em 2011. Em 2015, o número de falecimentos foi de 1.811, dos quais a maioria (1.184) foi acidente de trabalho típico, 381 foram acidentes de trajeto e 246 decorrentes de doença profissional ou do trabalho.

Com relação às aposentadorias por invalidez (desligamento por motivo de invalidez), percebe-se uma tendência de queda entre 2005 e 2015 (de 8.139 para 4.264), com elevação significativa em 2013, quando foram registrados 6.761 desligamentos por este motivo. A maioria das aposentadorias registradas em 2015 foi causada por doença profissional ou do trabalho (2.713) e as demais por acidente de trabalho (1.551).

## Indicadores da saúde do trabalhador com base na Rais

---

A taxa de mortalidade por acidente de trabalho ou doença profissional ou do trabalho no Brasil, entre 2005 e 2015, decresceu de 5,9 para 3,7 em cada 100 mil vínculos. Em 2015, segmentos dos setores de transporte e agropecuária concentravam as cinco primeiras posições no *ranking* desta taxa: transporte rodoviário de produtos perigosos (40,2 por 100 mil vínculos), transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (22,4 por 100 mil vínculos) e transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal (21,8 por 100 mil vínculos), cultivo de soja (11,7 por 100 mil vínculos) e criação de bovinos para corte (10,3 por 100 mil vínculos). Chama atenção a queda, em 2015, nas taxas de mortalidade em atividades que apresentaram taxas de mortalidade elevadas em 2007, como instalação e manutenção elétrica (queda de 16,9 para 7,1 desligamentos por 100 mil vínculos) e outras ligadas à construção, como construção de rodovias e ferrovias (queda de 17,9 para 6,9) e construção de edifícios (queda de 15,9 para 7,2).

Este texto buscou mostrar apenas alguns dos indicadores disponibilizados no Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016, evidenciando alguns destaques, interpretações e limitações dos dados disponíveis. O Anuário traz um conjunto ainda maior de dados e informações que podem servir de subsídio para mais esclarecimentos sobre o mercado de trabalho, as políticas públicas de emprego no Brasil e sobre a saúde do trabalhador.



**ESCRITÓRIO NACIONAL:** Rua Aurora, 957, 1º andar, Centro  
São Paulo/SP - CEP 01209-001 - Tel.: (11) 3874-5366  
Fax: (11) 3874-5394 - en@dieese.org.br - www.dieese.org.br

■ **Escritório Regional AM**

Rua Duque de Caxias, 958 - SI 17 -  
Praça 14 de Janeiro  
Manaus - AM - CEP 69020-141  
Tel: (92) 3631-0795 - ramal 202  
E-mail: eram@dieese.org.br

■ **Escritório Regional BA**

Rua do Cabral, 15 - Nazaré  
Salvador - BA - CEP 40055-010  
Tel: (71) 3242-7880 - Fax: (71) 3326-9840  
E-mail: erba@dieese.org.br

■ **Escritório Regional CE**

Rua Vinte e Quatro de Maio, 1289 -  
Centro  
Fortaleza - CE - CEP 60020-000  
Tel: (85) 3253-3962 - Fax: (85) 3231-1371  
E-mail: erce@dieese.org.br

■ **Escritório Regional DF**

Setor SHC SUL EQ 314 315 Bl A Sind Parte A,  
- 1 andar - Asa Sul  
Brasília - DF - CEP 70383-400  
Tel: (61) 3345-8855 - Fax: (61) 3345-7615  
E-mail: erdf@dieese.org.br

■ **Escritório Regional ES**

Rua Antonio Aguirre, 94 - 2 andar - Centro  
Vitória - ES - CEP 29016-020  
Tel: (27) 3223-3090 -  
Fax: (27) 3232-5000 - ramal 5014  
E-mail: eres@dieese.org.br

■ **Escritório Regional GO**

Rua 04 - Ed Parthenon Center, 515 - Sala  
1518 - Central  
Goiânia - GO - CEP 74020-045  
Tel: (62) 3223-6088 -  
Fax: (62) 3223-6088  
E-mail: ergo@dieese.org.br  
Escritório Regional MG

■ **Escritório Regional MG**

Rua Curitiba, 1269 - 9 andar - Centro  
Belo Horizonte - MG - CEP 30170-121  
Tel: (31) 3222-9395 -  
Fax: (31) 3222-9787  
E-mail: ermg@dieese.org.br

■ **Escritório Regional MS**

Rua 26 de Agosto, 2296 - Amambai  
Campo Grande - MS - CEP 79005-030  
Tel: (67) 3382-0036 - Fax: (67) 3321-5116  
E-mail: erms@dieese.org.br

■ **Escritório Regional PA**

Travessa Tiradentes, 630 - Reduto  
Belém - PA - CEP 66053-330  
Tel: (91) 3241-3008 -  
Fax: (91) 3241-3093  
E-mail: erpa@dieese.org.br

■ **Escritório Regional PB**

Rua Cruz Cordeiro, 75 - Varadouro  
João Pessoa - PB - CEP 58010-120  
Tel: (83) 3241-3674 -

Fax: (83) 3221-1139  
E-mail: erpb@dieese.org.br

■ **Escritório Regional PE**

Rua do Riachuelo, 105 - SI 1021 e 1023 - Boa  
Vista  
Recife - PE - CEP 50050-400  
Tel: (81) 3423-6204 -  
Fax: (81) 9248-5066  
E-mail: erpe@dieese.org.br

■ **Escritório Regional PR**

Rua Treze de Maio - Ed. Sevilha, 778 -  
2º andar sl 5 - São Francisco  
Curitiba - PR - CEP 80510-030  
Tel: (41) 3225-2279 - Fax: (41) 3225-2279  
E-mail: erpr@dieese.org.br

■ **Escritório Regional RJ**

Avenida Rio Branco, 277 - SI 904 - Cinelândia  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-009  
Tel: (21) 2518-4332 - Fax: (21) 2518-4381  
E-mail: errj@dieese.org.br

■ **Escritório Regional RN**

Rua João Pessoa, 265 - Ed Mendes Carlos,  
S 208 - Cidade Alta  
Natal - RN - CEP 59025-500  
Tel: (84) 3211-2609 - Fax: (84) 3211-2609  
E-mail: errn@dieese.org.br

■ **Escritório Regional RS**

Avenida Julio de Castilhos, 596 - 8 andar,

cj 809 - Centro  
Porto Alegre - RS - CEP 90030-130  
Tel: (51) 3211-4177 - Fax: (51) 3211-4203  
E-mail: erss@dieese.org.br

■ **Escritório Regional SC**

Avenida Mauro Ramos, 1624 - Centro  
Florianópolis - SC - CEP 88020-304  
Tel: (48) 3228-1621 - Fax: (48) 3228-1621  
E-mail: ersc@dieese.org.br

■ **Escritório Regional SE**

Avenida Goncalo Prado Rolemberg, 794  
- Centro Aracaju - SE - CEP 49010-410  
Tel: (79) 3211-0621 -  
Fax: (79) 3211-0621  
E-mail: erse@dieese.org.br

■ **Escritório Regional SP**

Rua Aurora, 957 - 1 andar - Centro  
São Paulo - SP - CEP 01209-001  
Tel: (11) 3821-2140 -  
Fax: (11) 3821-2179  
E-mail: ersp@dieese.org.br

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE  
Esplanada dos Ministérios Bloco F, 4º andar, Sala 400